

ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR A EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

STRATEGIES TO MINIMIZE DROPOUT IN HIGHER EDUCATION: A STUDY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS

CAMILA FIALHO DE OLIVEIRA
UFAL

MAYARA VIEIRA RIOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MACEIÓ - UNIMA

JOVINO PINTO FILHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

LUCIANA PEIXOTO SANTA RITA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR A EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Objetivo do estudo

O objetivo deste estudo foi analisar o comportamento da evasão na Universidade Federal de Alagoas entre os anos 2012 e 2018, identificando se as ações implementadas no período foram capazes de minimizar os índices de evasão na instituição.

Relevância/originalidade

O estudo possui relevância por contribuir com a formulação e aprimoramento das políticas públicas de prevenção e monitoramento dos índices de evasão na Universidade Federal de Alagoas e instituições similares.

Metodologia/abordagem

Foi realizada uma pesquisa exploratória-descritiva com abordagem quantitativa usando análise documental. Foram utilizados dados de matrículas, ingressos, reopções de cursos e concluintes entre 2012-2018, provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e dos relatórios institucionais da UFAL.

Principais resultados

Em 2018, a UFAL teve evasão negativa, ganhando alunos devido à boa taxa de permanência entre 2016 e 2018, apesar de redução de recursos financeiros. A assistência estudantil teve papel importante e procedimentos normatizados e informatizados coincidiram com o aumento de alunos.

Contribuições teóricas/metodológicas

O estudo permite contribuições teóricas e metodológicas no que diz respeito a como lidar estatisticamente com os dados documentais para proporcionar a possível relação entre estratégias implementadas e redução da evasão escolar.

Contribuições sociais/para a gestão

A pesquisa contribuiu para melhor compreensão do impacto das políticas públicas de assistência estudantil na permanência dos alunos, bem como demonstrando a importância das ações de normatização de informatização de procedimentos relacionados à Assistência Estudantil.

Palavras-chave: Evasão, Ensino Superior, Estratégia de Política Pública, Educação, Universidade Federal de Alagoas

*STRATEGIES TO MINIMIZE DROPOUT IN HIGHER EDUCATION: A STUDY AT THE
FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS*

Study purpose

The objective of this study was to analyze the dropout behavior at the Federal University of Alagoas between 2012 and 2018, identifying whether the actions implemented in the period were able to minimize the dropout rates at the institution.

Relevance / originality

The study is relevant because it contributes to the formulation and improvement of public policies for the prevention and monitoring of dropout rates at the Federal University of Alagoas and similar institutions.

Methodology / approach

An exploratory-descriptive research with a quantitative approach was carried out using documentary analysis. Data on enrollment, admissions, course reoptions and graduates between 2012-2018, from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep) and UFAL institutional reports were used.

Main results

In 2018, UFAL had a negative dropout rate, gaining students due to the good permanence rate between 2016 and 2018, despite a reduction in financial resources Student assistance played an important role and standardized and computerized procedures coincided with the increase in

Theoretical / methodological contributions

The study allows theoretical and methodological contributions regarding how to deal statistically with documentary data to provide the possible relationship between implemented strategies and dropout reduction.

Social / management contributions

The research contributed to a better understanding of the impact of public student assistance policies on the permanence of students, as well as demonstrating the importance of actions to standardize the computerization of procedures related to Student Assistance.

Keywords: Evasion, Higher Education, Public Policy Strategy, Education, Federal University of Alagoas

ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR A EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

1 Introdução

A Era da Informação destaca a relevância do conhecimento para o desenvolvimento econômico e social, tornando a educação superior crucial e atraindo a atenção de pesquisadores e gestores públicos. Algumas iniciativas buscam democratizar o acesso à educação superior, mas ainda há desafios a superar.

No Brasil, assim como no mundo, o ensino superior vem enfrentando alguns desafios ao longo dos anos, entre eles, destaca-se o combate à evasão estudantil. Com esse panorama, os estudos relacionados à evasão ganharam espaço, apesar de ainda considerados escassos na literatura (SILVA, 2013; SILVA FILHO et al., 2007). Da mesma forma, as políticas voltadas para a educação tornaram-se mais relevantes nas pesquisas, com uma variedade de temas abordados pelos trabalhos publicados e/ou apresentados na área acadêmica do ramo educacional (SOUZA, 2014).

Os alunos que ingressam numa graduação e não concluem o curso caracterizam desperdícios sociais, econômicos e acadêmicos. No setor público, isto significa falha no retorno do investimento, já no setor privado, apresenta-se através de perda de receitas. (SILVA FILHO et al., 2007). Em ambas as situações, toda a sociedade perde com a evasão.

No Brasil, a evasão na educação superior levou a uma priorização de ações em programas e planos educacionais, como o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (Brasil, 2007), integrado ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020 e ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Fialho e Prestes (2018, p. 870) afirmam que esses programas enfatizaram estratégias de monitoramento e prevenção para promover a permanência e a conclusão dos cursos.

Tendo em vista que ações e programas do governo federal vêm sendo implementados e a gestão dos recursos e das ações são de responsabilidade das instituições, faz-se necessário descobrir se essas atividades de combate à evasão estão sendo planejadas e executadas de maneira eficaz pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A partir desse entendimento, buscar-se-á responder a seguinte questão: as estratégias de políticas públicas estudantis podem minimizar o fenômeno da evasão na Universidade Federal de Alagoas?

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é analisar o comportamento da evasão no período 2012-2018, na Universidade Federal de Alagoas, ocasião de consolidação do Sisu e do sistema unificado de dados e-MEC, tomando como base os dados dos cursos de graduação presenciais da universidade, identificando se as ações adotadas são capazes de reduzir as taxas de evasão da instituição. Como objetivos específicos, busca-se compreender o desenvolvimento do cenário da educação superior no Brasil; identificar os tipos de evasão e as causas da evasão; conhecer a evasão no ensino superior no país e as políticas públicas adotadas para a retenção dos alunos; e analisar os dados da evasão na Universidade Federal de Alagoas.

2 Referencial Teórico

2.1 Tipos e causas de evasão

O conceito de evasão estudantil é caracterizado quando o aluno não conclui e não está vinculado a algum curso superior na instituição (Paz, 2016). A Comissão Especial de Estudo sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (ANDIFES, 1996) define a evasão como a saída definitiva do aluno do curso de origem sem concluí-lo.

Existem diferentes tipos de evasão. Segundo Rocha (2015), ela pode ser voluntária ou involuntária. Tinto e Cullen (1973) classificam-na como saída voluntária ou expulsão. Outra forma de classificação é referente ao período em que o aluno abandona o curso, podendo ser imediata ou tardia (Santos & Barros, 1994).

A Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão (ANDIFES, 1996) identifica três tipos de evasão, mesmo considerando suas limitações, conforme demonstrado a seguir:

- evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado;
- evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (ANDIFES, 1996).

A evasão do curso é classificada em microevasão (do curso), mesoevasão (da instituição) e macroevasão (da educação superior) (Gilioli, 2016). As causas podem ser internas (infraestrutura, corpo docente e assistência socioeducacional) ou externas (vocação, dificuldades escolares, aspectos socioeconômicos etc.) (Davok & Bernard, 2016; Dias et al., 1994).

Os modelos de Spady (1971) e Tinto (1975) são pioneiros ao considerar a diversidade dos fatores em um modelo causal, onde o desequilíbrio entre o estudante e a instituição cria uma integração acadêmico-social insatisfatória (Fialho & Prestes, 2018).

A Figura 1 apresenta o modelo de permanência discente em IES elaborado por Cislaghi (2008), destacando intervenções institucionais para promover a permanência dos estudantes sob diferentes perspectivas, como apoio para manter os estudos e influência na vontade do estudante para permanecer no curso, buscando satisfação, motivação e progresso no aprendizado.

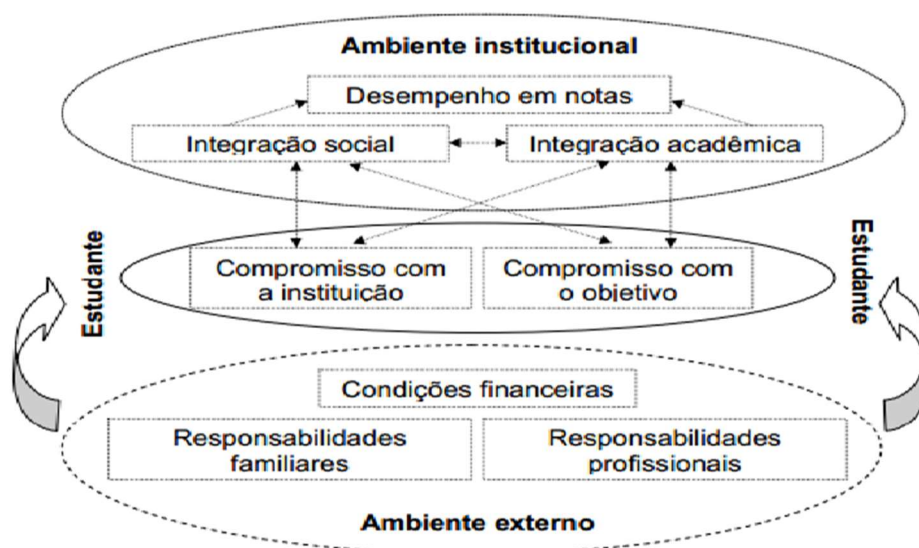


Figura 1. Modelo de permanência discente na graduação em IES brasileiras

Fonte: Cislaghi, 2008.

Após a compreensão dos tipos e causas da evasão, o próximo item procura pontuar algumas ações relacionadas a este fenômeno no país e as políticas públicas adotadas com intuito de reduzir os índices de abandono.

2.2 O fenômeno da evasão no ensino superior

Conforme afirma Pfeiffer (1999), a dimensão do fenômeno da evasão engendra uma relação negativa entre o nível de educação dos cidadãos e indicadores significativos do desenvolvimento humano de uma nação, tendo como exemplo: pobreza, insegurança social, desemprego, problemas de saúde, expectativa de vida e participação política. Tinto (1975) ressalta que a definição adequada da evasão é crucial para questões de política no ensino superior. Administradores precisam identificar populações-alvo que requerem assistência específica, e os planejadores estatais devem fornecer procedimentos flexíveis de admissão e transferência (Tinto, 1975).

O Estado passa a demonstrar preocupação com a evasão quando, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC) publicou indicadores globais que mostraram uma taxa média de 50% de evasão nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em nível nacional, considerando os cursos de graduação de cada IFES (ANDIFES, 1996). Nesse mesmo ano, ocorreu o "Seminário sobre evasão nas Universidades Brasileiras" na sede do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, sendo uma das primeiras ações tomadas pelo professor Décio Leal de Zagottis, Secretário da SESu/MEC na época, no início da gestão do Ministro Paulo Renato de Souza (ANDIFES, 1996).

Gestores universitários precisam agir de forma antecipada ao fenômeno da evasão. Silva (2017) destaca que uma alternativa é a utilização de modelos preditivos de evasão para identificar a probabilidade de abandono dos estudos pelos alunos, fornecendo informações úteis para a tomada de decisão.

Para Lobo (2012), o abandono dos estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo para todos os envolvidos no processo educacional, desde o aluno até a sociedade como um todo. Isso ocorre porque os estudantes evadidos enfrentam dificuldades para alcançar seus objetivos pessoais e há menos pessoas com formação completa, afetando sua eficiência e competência na sociedade.

A literatura destaca a importância de políticas públicas para combater a evasão (Velo & Almeida, 2002; Silva Filho et al., 2007), sendo raro o fornecimento de assistência profissionalizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Atualmente, há crescimento de ações para enfrentar o problema.

Dada a importância do fenômeno da evasão para alcançar os objetivos da educação superior no país, em 1996 foi criada uma Comissão Especial de Estudo sobre Evasão em 1996 e houve a reformulação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trouxe a garantia de acesso e permanência na escola e o direito à educação ao longo da vida (BRASIL, 1996). Anos mais tarde, em 2014, o governo lança o Plano Nacional da Educação, Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, cuja meta 12 busca aumentar as taxas de matrícula e ampliar o acesso e permanência na educação superior. No entanto, suas estratégias beneficiam especificamente estudantes de escolas públicas, bolsistas de instituições privadas, beneficiários do FIES, afrodescendentes, indígenas, estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, com o objetivo de reduzir as desigualdades étnico-raciais (Brasil, 2014).

As ações do governo para democratizar o acesso à educação superior têm sido estudadas por Ezcurra (2009), Belettati (2011) e Almeida (2012), que apontam o crescimento de ingressantes de escolas públicas e famílias de baixa renda. Entretanto, esses estudantes enfrentam dificuldades para concluir o curso devido à precariedade da educação básica e

questões financeiras. O Programa de Bolsa Permanência foi criado para minimizar o problema financeiro, mas ainda não impactou na melhoria da educação básica.

Em 2007, instituiu-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com o objetivo de aumentar o acesso e a permanência dos alunos no nível de graduação, reduzindo as taxas de evasão e ocupando vagas ociosas, especialmente no período noturno (BRASIL, 2007). Para adotar o programa, as universidades elaboravam um projeto de desenvolvimento institucional e recebiam recursos do MEC para ampliação de vagas (Dias Sobrinho, 2010).

Já o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado para aumentar as condições de permanência dos jovens de baixa renda nos cursos de graduação presenciais em instituições públicas federais de ensino superior. Seus objetivos incluem democratizar as condições de permanência, reduzir as desigualdades sociais e regionais, diminuir as taxas de retenção e evasão, e promover a inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O PNAES deve ser integrado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando atender alunos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial nas IFES. Os recursos federais são repassados para implementar ações de assistência estudantil, como moradia, transporte, alimentação, saúde, inclusão digital, esporte, creche, cultura e apoio pedagógico, de acordo com as necessidades dos discentes. Cabe à instituição definir critérios e a metodologia de seleção dos alunos beneficiados (BRASIL, 2010).

A aprovação do PNAES foi um marco na história da assistência estudantil no Brasil, pois o governo federal comprometeu-se, por lei, a garantir um orçamento específico para as IFES (Paula, 2017). Os recursos do PNAES repassados pelo governo federal às universidades têm sido ampliados, mas com o crescimento das universidades, nem sempre são suficientes para atender a todos os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Beraldo *et al.*, 2018).

Tabela 1. Recursos do PNAES – valores empenhados pelas IFES por ano

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Recursos (R\$ em milhões)	305,6	395,18	503,8	603,7	742,7	895	941	987,3	956,8

Fonte: Ministério da Educação (2017); Câmara dos deputados (2018).

3 Metodologia

O presente estudo analisa o comportamento da evasão na Universidade Federal de Alagoas, no período de 2012 a 2018, considerando os cursos de graduação presencial. Esse período foi selecionado por ser marcado pelo prazo final das metas do REUNI, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação, e pela consolidação do SISU como ferramenta prioritária de ingresso nas universidades federais. Além disso, durante esse período, houve a gestão de duas administrações distintas na universidade.

Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória-descritiva, de abordagem quantitativa, utilizando análise documental, tendo em vista que a pesquisa exploratória é utilizada quando o pesquisador busca se familiarizar com o fenômeno estudado (Piovesan & Temporini, 1995), a descritiva descreve o fenômeno investigado (Malhotra, 2006). A análise documental consiste em representar o conteúdo de um documento de forma diferente da original, facilitando sua consulta e referência posteriormente (Bardin, 1977). A abordagem quantitativa emprega técnicas estatísticas e se aplica a fenômenos mensuráveis em números, permitindo sua análise e classificação (Ramos *et al.*, 2005).

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos das sinopses estatísticas e microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como dos relatórios institucionais da UFAL. Foram considerados dados de matrículas, ingressos, reopções de cursos e concluintes referentes ao período de 2012 a 2018. Os cursos a distância não foram considerados neste estudo, uma vez que o foco era compreender o cenário da evasão nos cursos de graduação presenciais, considerando que o abandono na educação a distância pode ser motivado por diferentes razões.

De posse dos dados, foram analisados os quantitativos anuais de cada variável no período de 2012 a 2018 na Universidade Federal de Alagoas, calculando-se os índices de evasão e realizando cruzamentos de variáveis para aprofundar a análise e interpretação dos dados.

A taxa de evasão é um indicador crucial para a avaliação de instituições de ensino superior. Quanto menor a taxa de abandono, maior o número de diplomados entregues à sociedade. Contudo, uma taxa de evasão baixa não garante que tudo esteja ocorrendo satisfatoriamente na instituição (Santos & Silva, 2011). É essencial conhecer e monitorar as taxas de evasão para traçar estratégias que visem manter, melhorar ou reverter a situação.

Dependendo do tipo de evasão que se deseja aferir e do intervalo de tempo em consideração, há diferentes procedimentos de se calcular a taxa de evasão. Considerando a discrepância que pode originar o emprego de diferentes cálculos para analisar a evasão de uma instituição, é imprescindível atentar para o tipo de metodologia empregada. A comparação ao longo dos anos ou entre as IES só deve ser realizada quando os cálculos das taxas utilizarem as mesmas metodologias (Lobo & Lobo, 2012).

O cálculo da taxa de coorte é um dos mais eficientes, permitindo o acompanhamento individual do estudante ao longo de sua trajetória acadêmica, identificando se ele concluiu o curso ou o abandonou, mudou de curso ou de instituição (Lobo & Lobo, 2012). Entretanto, a utilização do cálculo da taxa de coorte demanda dados desagregados de cada aluno, os quais nem sempre estão disponíveis. Por esse motivo, optou-se por utilizar o método mais amplamente utilizado no Brasil e no mundo, a taxa média anual, que mede a evasão pela proporção de alunos que abandonaram os estudos de um ano para o outro, sem concluí-los.

É de fundamental importância destacar que este estudo analisará duas entidades de referência no cálculo: a instituição de ensino superior (IES) e os cursos. O objetivo é calcular as taxas anuais de evasão da instituição e dos cursos no período de 2012 a 2018, utilizando as fórmulas recomendadas pelo Instituto Lobo desde 2006 (Lobo & Lobo, 2012):

$$i) \quad \text{Taxa de Evasão de IES (\%)} = 1 - (M_n - I_n + R_n) / (M_{n-1} - C_{n-1}) * 100$$

$$ii) \quad \text{Taxa de Evasão de Cursos (\%)} = 1 - (M_n - I_n) / (M_{n-1} - C_{n-1}) * 100$$

Sendo (E) evasão, (M) número de matriculados, (I) número de ingressantes, (R) número de estudantes que mudaram de curso e permaneceram na IES, (C) número de concluintes, (n) o ano atual e (n-1) o ano anterior.

Para o cálculo da taxa de evasão de cursos, considerou-se que acontece evasão quando: (i) o aluno abandona o curso, não efetuando matrícula no tempo devido; (ii) o aluno cancela oficialmente a matrícula; (iii) o aluno muda de curso dentro da mesma instituição; (iv) o aluno se transfere para outra instituição; (v) o aluno se transfere ex officio; (vi) o aluno é excluído do curso por infringir normas e regimentos (Davok & Bernard, 2016). Para o cálculo da taxa de evasão de IES, não se considera evasão quando o estudante muda de curso na mesma universidade, já que ele permanece na instituição. Por esse motivo, a taxa de evasão de IES tende a ser menor do que a de evasão de cursos.

4 Análise dos resultados

4.1 Dados da Evasão na Universidade Federal de Alagoas

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, Alagoas tem 29 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 18 na capital e 11 registradas no interior. Das IES, 4 são públicas e 25 são privadas. No mesmo ano, foram efetuadas 106.751 matrículas em todas as instituições e 12.229 alunos concluíram a graduação no estado.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sendo a única universidade federal do estado, é constituída por quatro campi: Campus A.C. Simões, Campus Arapiraca, Campus Ceca e Campus do Sertão; e quatro Unidades de Ensino (UE): Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema e Viçosa (UFAL, 2019). Todos os 89 cursos presenciais de graduação, tanto na capital (52) quanto no interior (37), foram considerados neste estudo

No período analisado, observou-se um aumento significativo no número de concluintes a partir de 2015, conforme Tabela 2. O quantitativo de ingressos ao longo dos sete anos não apresentou uma grande variação, obteve uma média de 5.636 e desvio padrão de 150,79. Porém, percebeu-se que, em 2018, houve 4.512 a mais de matrículas do que no ano anterior, quando 2017 apresentou 1.086 matrículas a mais do que 2016.

Tabela 2. Quantitativo de matrículas, ingressantes, concluintes e reopções dos cursos de graduação presenciais da UFAL por ano e média

Ano	Matrículas	Ingressos	Concluintes	Reopções
2012	25.791	5.415	1.590	655
2013	27.222	5.883	1.998	380
2014	25.252	5.599	2.026	349
2015	23.037	5.710	2.760	320
2016	20.557	5.777	2.468	525
2017	21.643	5.504	2.284	333
2018	26.155	5.564	2.161	189
Média	24.237	5.636	2.184	393
Desvio padrão	2.322	150,79	345,45	140,77

Fonte: INEP (2015, 2018) e Relatórios de Gestão da UFAL (2015, 2018).

Uma informação de 2018 ganhou destaque na análise: a UFAL apresentou evasão anual negativa, ou seja, ganhou alunos em comparação com o ano anterior, conforme evidenciado na Figura 2.

Ao analisar as variáveis do período, concluiu-se que a diminuição da evasão em 2018 foi sustentada pelo aumento do número de matrículas em relação aos anos anteriores, pois o número de alunos que mudaram de curso dentro da instituição diminuiu e as outras variáveis, que também poderiam influenciar a equação, apresentaram baixa variação.

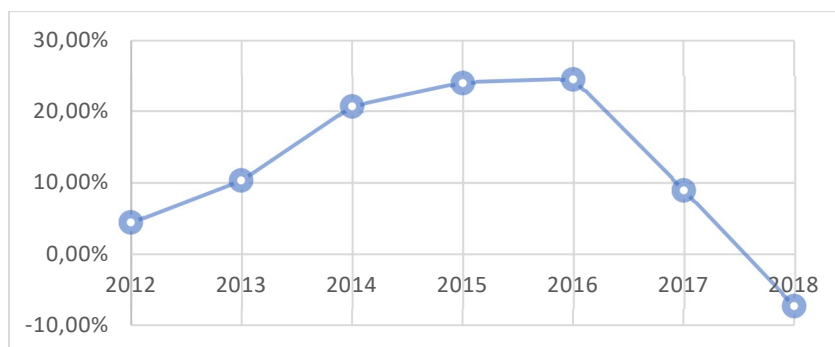


Figura 2. Evolução da taxa de evasão na UFAL no período 2012-2018 (%)

Fonte: Elaborado com base nos dados da sinopse estatística da educação superior (Inep, 2011-2018).

De fato, houve aumento no número de concluintes a partir de 2015, entretanto, o número de estudantes que concluíram em 2017, dado importante para o cálculo da evasão em 2018, ainda foi menor do que em 2016. Em síntese, como esclarece a Tabela 3, a Universidade Federal de Alagoas apresentou 1.232 alunos a mais em 2018 do que no ano anterior.

Tabela 3. Taxas de evasão na UFAL e quantitativo de alunos evadidos por ano (%)

Ano	Evasão de cursos (%)	Evasão de IES (%)	Evadidos
2012	7,3	4,32	1.604
2013	11,83	10,26	2.862
2014	22,09	20,70	5.571
2015	25,40	24,02	5.899
2016	27,11	24,52	5.497
2017	10,78	8,94	1.950
2018	-6,36	-7,34	-1.232

Fonte: INEP (2015, 2018) e Relatórios de Gestão da UFAL (2015, 2018).

Como o número de matrículas foi a principal variável que sustentou o ganho de alunos, durante a análise, levantou-se o questionamento de que os alunos poderiam estar permanecendo na universidade por um tempo superior ao da duração padrão do curso e ocasionando um acúmulo de matrículas. Para analisar precisamente essa situação e explicar possíveis razões para o ganho de discentes em 2018, foi necessário realizar o cruzamento de microdados dos estudantes, fornecidos pelo Inep, com destaque para as variáveis “situação de matrícula em 2018” e “ano de ingresso”, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. Cruzamento das variáveis ano de ingresso dos alunos e situação da matrícula em 2018

Ano de ingresso	Não matriculado	Matriculado	Total
1997	3	0	3
1998	1	1	2
1999	17	0	17



2000	28	0	28
2001	37	0	37
2002	63	0	63
2003	73	0	73
2004	98	0	98
2005	106	0	106
2006	29	10	39
2007	52	13	65
2008	62	31	93
2009	164	95	259
2010	313	246	559
2011	721	801	1.522
2012	1.240	1.143	2.383
2013	1.370	2.316	3.686
2014	1.426	3.016	4.442
2015	1.262	3.730	4.992
2016	731	4.617	5.348
2017	597	4.805	5.402
2018	233	5.331	5.564
Total	8.626	26.155	34.781

Fonte: Cruzamento entre variáveis de microdados do Censo da Educação (INEP, 2018).

Após uma análise detalhada dos dados dos estudantes, foi observado que ainda havia 4.656 alunos matriculados (com vínculo) que ingressaram na universidade entre 1998 e 2013. Dos que ingressaram na instituição entre 2015 e 2018, 2.823 alunos não se matricularam em 2018, enquanto 18.483 efetuaram a matrícula. Isso indica que a universidade ganhou alunos porque, nos anos de 2016, 2017 e 2018, alcançou uma taxa de permanência significativa. Porém, foi constatado que pelo menos 18% dos alunos matriculados em 2018 estão na universidade há mais tempo do que a duração padrão do curso, abrangendo os estudantes do período de 1998 a 2013. O ano de 2014 não foi considerado no cálculo porque alguns estudantes ingressantes em 2014, matriculados em cursos de graduação com duração de 5 anos, ainda estariam cursando em 2018 regularmente dentro do prazo estimado.

Para construir um ambiente comparativo formal da taxa anual de evasão de 2018 por meio da mesma metodologia, também foi realizado o cálculo da evasão anual de cursos no Brasil, Nordeste e Alagoas, considerando os cursos presenciais de graduação no universo das universidades públicas municipais, estaduais e federais, como mostra a Tabela 5. Para executar esse cálculo foi empregado o referencial de cursos, pois, para se calcular a taxa de evasão de IES, seria necessário obter o quantitativo dos alunos que mudaram de curso e continuaram na instituição de todas as universidades pesquisadas e o Censo não disponibiliza essa informação. Dessa maneira, foi possível obter a informação de que as universidades públicas brasileiras apresentaram taxa de evasão anual de aproximadamente 14% e que o Nordeste apresentou uma evasão de 11,51%, taxa inferior à média brasileira.

Tabela 5. Taxas de Evasão nas Universidades Públicas do Brasil, do Nordeste e de Alagoas no ano de 2018

Ano base	Evasão Brasil (%)	Evasão Nordeste (%)	Evasão Alagoas (%)	Evasão UFAL (%)
----------	-------------------	---------------------	--------------------	-----------------

2018	13,80	11,51	-2,35	-6,36
------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Cálculo realizado com dados do Inep (2018).

4.1 Políticas de Assistência Estudantil da UFAL

Na Universidade Federal de Alagoas, compete regimentalmente à Pró-reitoria Estudantil (PROEST) a função de superintender, planejar e coordenar a política de assistência ao estudante, promovendo integração ampla do corpo discente, da comunidade e da universidade. As políticas de assistência estudantil na instituição têm como foco principal a ampliação das condições de permanência e a melhoria do desempenho acadêmico, priorizando os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa política é considerada fundamental para a democratização do ensino superior público e é integrada à expansão do acesso e às ações afirmativas, atuando como uma ferramenta de inclusão social e combate às desigualdades sociais (UFAL, 2018).

Diversas políticas de assistência estudantil foram implementadas na UFAL com o objetivo de reduzir a evasão. Por exemplo, em 2016, a obrigatoriedade da contrapartida laboral dos bolsistas pró-graduando foi suprimida, possibilitando que os estudantes dedicassem mais tempo aos estudos e outras atividades acadêmicas e pessoais.

Em 2018, a PROEST publicou 13 instruções normativas para padronizar procedimentos e atividades relacionadas às políticas estudantis da instituição (Tabela 6). Também foi criado um banco de dados integrado ao sistema acadêmico para atualização da avaliação socioeconômica e acadêmica, fornecendo ferramentas para monitoramento e avaliação. Essas medidas institucionalizaram e fortaleceram a implementação do PNAES na universidade, garantindo critérios transparentes e imparcialidade nos processos seletivos (UFAL, 2018).

Tabela 6. Instruções normativas publicadas em 2018 referentes aos serviços ofertados pelas políticas de assistência estudantil da UFAL

Serviços da Assistência Estudantil da UFAL	
1	Acessibilidade
2	Apoio à Produção Cultural
3	Apoio e Acompanhamento Pedagógico
4	Atenção à Saúde
5	Atividade Física, Esporte e Lazer
6	Auxílio à Participação em Eventos
7	Auxílio Alimentação
8	Auxílio Emergencial
9	Auxílio Moradia
10	Bolsa Pró-Graduando
11	Inclusão Digital
12	Residência Universitária
13	Restaurante Universitário

Fonte: Pró-reitoria de Assistência Estudantil (2018)

Ainda em 2018, o Programa de Bolsa Permanência (PBP), uma ação do Governo Federal para a concessão de auxílio financeiro, atendeu 564 estudantes, dos quais 243 foram contemplados pelo critério de matrícula em cursos de graduação com carga horária média

superior ou igual a cinco horas diárias e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa também possibilitou um aumento significativo no acesso de estudantes indígenas e quilombolas, passando de 117 alunos indígenas para 138 e de 121 quilombolas para 183 (UFAL, 2018).

Quanto aos outros auxílios da assistência estudantil, foi realizado um comparativo por ano dos números da bolsa pró-graduando, do auxílio moradia e do auxílio alimentação. Porém, não foi possível avaliar o total de alunos atendidos anualmente ou no período, devido a mudanças nos indicadores ou falta de apresentação nos relatórios institucionais. Entretanto, destaca-se na Tabela 7 o fato mais relevante dos dados: em 2017, a UFAL abriu edital para a concessão de 1.580 auxílios emergenciais.

Tabela 7. Auxílios de Assistência Estudantil da UFAL e número de estudantes beneficiados por ano

Tipo de assistência	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa Pró-graduando	2.467	2.397	2.727	2.569	3.712
Auxílio alimentação	373	323	1.174	1.248	971
Auxílio moradia	242	262	714	585	578
Auxílio emergencial	-	-	-	1.580	-

Fonte: Relatórios de gestão UFAL (2014-2018).

Em 2019, o PNAES alocou 23,5 milhões de reais para a UFAL direcionar à área de assistência estudantil, conforme apresentado na Tabela 8. Segundo Manuela Aragão (2020), coordenadora de Política Estudantil da UFAL, várias ações já foram realizadas, e a evasão negativa em 2018 foi resultado dessas políticas. Entretanto, de acordo com a coordenadora, ainda seriam necessários mais 10 milhões de reais para atender a todos os estudantes que preenchem os requisitos socioeconômicos das políticas assistenciais da universidade.

Tabela 8. Valor empenhado de despesas em assistência estudantil por ano na UFAL (em milhões de reais)

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor empenhado – R\$ em milhões	15,0	20,0	21,7	21,6	21,8	23,5
Percentual no orçamento total	2,6%	2,7%	17%	17%	16%	21%

Fonte: BRASIL (2020)

Durante o período de 2014 a 2019, houve uma clara redução no orçamento total das IFES, principalmente acentuada em 2016. Entretanto, entre os anos de 2016 a 2019, os recursos destinados à Assistência Estudantil mantiveram-se em níveis semelhantes aos anos anteriores, e a UFAL deu prioridade às políticas estudantis na universidade.

Em síntese, a análise dos dados e documentos permitiu constatar que a Universidade Federal de Alagoas apresentou evasão negativa em 2018, ou seja, acumulou alunos devido à taxa de permanência entre os anos de 2016 e 2018. Esse período coincidiu com a redução de recursos financeiros destinados às IFES, tornando a ação orçamentária de assistência estudantil uma parte relevante do orçamento total da instituição.

Além disso, foi observado que esse ganho de alunos ocorreu no mesmo ano em que a instituição normatizou e informatizou alguns procedimentos referentes à Assistência Estudantil. No entanto, para estabelecer uma relação direta entre essas informações e concluir se as taxas de evasão reduziram em função da institucionalização das políticas públicas implementadas,

recomenda-se uma análise mais detalhada de dados primários e outras informações institucionais que não estão disponíveis no Inep e nos Relatórios de Gestão.

5 Considerações Finais

Algumas políticas do governo federal que visam democratizar o acesso à educação superior produziram resultados no Brasil. Alguns pesquisadores abordados nesse trabalho reconhecem o crescimento no número de ingressantes da graduação, muitos provenientes das escolas públicas e de família de baixa renda. No entanto, é importante ressaltar que esses estudantes costumam apresentar mais dificuldades para se manter na universidade e concluir o curso, devido à baixa qualidade da educação básica pública e outros fatores socioeconômicos.

As políticas de acesso não asseguram a permanência do alunado. Pois, mais do que garantir oportunidades iguais de acesso ao ensino superior, é imprescindível estabelecer condições para a permanência do estudante na universidade. O programa de assistência estudantil é uma estratégia promissora para garantir a permanência dos alunos com problemas financeiros, entretanto, como é percebido nos estudos, há uma pluralidade de causas, o que dificulta a identificação dos motivos mais predominantes da evasão, tornando desafiador o desenvolvimento de políticas públicas que abranjam todas as situações e combatam efetivamente o problema. Portanto, é preciso criar estratégias de antecipação para acompanhar o aluno e identificar sinais de intenção de abandono antes que ele ocorra, permitindo que ações preventivas sejam implementadas.

Atualmente, o PNAES é a principal política pública de combate à evasão nas IFES. A discricionariedade das gestões para planejar e executar as ações de assistência estudantil pode fazer a diferença e proporcionar resultados divergentes entre as instituições, mesmo que a verba destinada seja proporcional.

A partir da análise dos dados, foi possível perceber que, apesar do corte de recursos do governo federal a partir de 2016, a Universidade Federal de Alagoas priorizou as políticas estudantis e apresentou resultados positivos, principalmente em 2018. No entanto, uma análise mais detalhada sobre a relação entre os programas de assistência estudantil e a taxa de evasão requer acesso a dados não disponibilizados pelo Inep e pelos relatórios de gestão.

Ainda assim, foi possível obter informações importantes sobre o fenômeno da evasão na UFAL, tomando como base os cursos de graduação presenciais da IFES. Por meio do cruzamento de dados, foi possível tomar conhecimento de que a Universidade Federal de Alagoas apresentou evasão negativa em 2018, ou seja, ganhou alunos por apresentar um aumento na taxa de permanência entre os anos de 2016, 2017 e 2018.

O desencontro de variáveis nos relatórios oficiais da instituição impediu uma análise mais detalhada sobre o real impacto da Assistência Estudantil no índice de evasão e permanência dos estudantes na universidade. Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se uma abordagem mista com dados primários para compreender melhor o fenômeno da permanência dos discentes a partir de 2016.

A exploração contínua do fenômeno da evasão na Universidade Federal de Alagoas pode contribuir para os estudos sobre o tema e, conseqüentemente, para a formulação e aprimoramento das políticas públicas de prevenção e monitoramento dos índices de evasão no estado de Alagoas. Recomenda-se investigar as causas da evasão por meio de um estudo mais detalhado por campi, unidade acadêmica ou curso, visto que os motivos da evasão são individuais, distintos e complexos.

Referências

Almeida, M. I. (2012). *Formação do Professor do Ensino Superior, desafios e políticas institucionais*. São Paulo, Cortez.

ANDIFES. (1996). Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Belettati, V. C. F. (2011). *Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública: indicadores para reflexões sobre a docência universitária* [Tese de Doutorado], Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Beraldo, K. A., Mauricio, N. M. M., & Rodrigues, W. (2018). Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins: uma análise a partir dos documentos institucionais. *Revista Observatório*, 4(5), 849-881.

Brasil. (2007). Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, 25 abr. 2007.

BRASIL. (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Brasil. Ministério da Educação. (2017). *Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência*. Brasília, DF: MEC.

Brasil. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). (2015-2016). *Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil 2015-2016*. <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf>

Brasil. Controladoria Geral da União. (2020). Portal da Transparência Federal. <http://www.portaltransparencia.gov.br>

Câmara Dos Deputados. (2018). *Relatório final do Grupo de Trabalho destinado a avaliar desafios e a propor agenda para as instituições de ensino superior (IES) públicas (GT-IES)*. Brasília. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/55a-legislatura/grupo-de-trabalho-das-ies/documentos/seminarios/RELATORIOFINAL.pdf>

Cislaghi, R. (2008). *Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Renato-Cislaghi.pdf>

Davok, D. F., & Bernard, R. P.. (2016). Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. *Avaliação*, 21(2), 503-521.

Dias, E. C. M., Theóphilo, C. R. & Lopes, M. A. S. (2010). *Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - MG*. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, Brasil.

Dias Sobrinho, José. (2010). Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão. *Educ. Soc.*, 31(113), 1223-1245.

Ezcurra, A. M. (2009). Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA & ALMEIDA (Orgs). *Pedagogia Universitária*. São Paulo, EDUSP.

Fialho, Marillia Gabriella Duarte; PRESTES, Emilia Maria da Trindade. (2018). Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. Ensaio: *aval. pol. públ. Educ.*, 26(100), 869-889.

Gilioli, R. de S. P. (2016). *Evasão em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: Expansão da rede, SISU e desafios*. Consultoria Legislativa. Estudo Técnico.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2018*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2017*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2016*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2016). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2015). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2014*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2014). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2013*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2013). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2012*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2012). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2011*. Brasília: Inep. <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Lobo, R. L.; Lobo, M. B. de C. M. (2012). *Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão*. Instituto Lobo. http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_078.pdf

Lobo, M. B. de C. M. (2012). *ABMES Cadernos n° 25 – Evasão no Ensino Superior*. Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. <https://www.calameo.com/read/0044830657857c7b29821>

Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman.

Paula, M. de F. C. de. (2017). Democratization policies of the Brazilian higher education: limits and challenges for the next decade. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 22(2), 301-315.

Paz, C. T. do N. (2016). *As Trajetórias Estudantis em Licenciaturas com Baixas Taxas de Diplomação: Tendências e Resistências* [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre.

Pfeiffer, D. K. (1999). Bildungstransfer zwischen Intervention und Sein Lassen. *Tertium Comparationis*, 5(1), 1-15.

Piovesan, A., & Temporini, R. apud Theodorson, G. A., & Theodorson, A. G. (1995). *Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. <https://www.scielo.org/article/rsp/1995.v29n4/318-325/pt/>

Ramos, P., Ramos, M., & Busnello, S. J. (2003). *Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese*. Blumenau: Acadêmica.

Rocha, C. S. (2015). *Por que eles abandonam? Evasão de bolsistas Prouni dos Cursos de Licenciaturas* [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Santos, G. G., & Silva, L. C. (2011). A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online], pp. 249-262. Salvador: EDUFBA.

Santos, J. L. F., & Barros, L. F. (1994). *Cadernos de Estudos da Evasão*. Núcleo de apoio aos estudos de graduação. São Paulo: USP.

Silva, F. C. da. (2017). *Gestão da Evasão na EAD: Modelo Estatístico Preditivo para os Cursos de Graduação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina* [Dissertação de mestrado] Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179913>

Silva, G. P. (2013). Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 18(2), 311–333. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000200005>

Silva Filho, R. L. L. et al. (2007). A evasão no Ensino Superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo*, 37(132), 641-659.

Souza, Â. R. (2014). A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? *Práxis Educativa, Ponta Grossa*, 9(2), 355-367.

Spady, W. G. (1971). Dropouts from higher education: toward an empirical model. *Interchange*, 2(3), 38-62.

Tinto, V. (1975). Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research, Washington*, 45(1), 89-125.

Tinto, V., & Cullen, J. (1973). *Dropout in higher education: a review and theoretical synthesis of recent research*. Columbia University. New York: Teachers College. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED078802.pdf>

UFAL. (2018). *Relatório de Gestão do Exercício 2018*. Maceió. <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao>

UFAL. (2016). *Relatório de Gestão do Exercício 2016*. Maceió. <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao>

UFAL. (2015). *Relatório de Gestão do Exercício 2015*. Maceió. <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao>

UFAL. (2018). *Dados da Pró-reitoria Estudantil*. <https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil>

UFAL. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023*. Maceió. <https://pdi.ufal.br>

Veloso, T. C. M. A., & Almeida, E. P. de. (2002). Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de

exclusão. *Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB*, (13). <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/564>